

“Se não faz mal, por que não tomar”? Um estudo sobre a campanha bolsonarista de desinformação pró-cloroquina

“If it can't harm, why do not take it?” A study on the bolsonarist pro-chloroquine disinformation campaign

João Paulo Eufrazio de Lima  

jpeufrazio@gmail.com

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma análise da campanha de desinformação promovida pelo Governo Federal brasileiro a favor do uso de cloroquina como parte do denominado “tratamento precoce” contra a Covid-19. Para tanto, analisamos as menções ao tratamento com cloroquina feitas pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, principalmente em suas *lives* no Youtube. Para verificar a capacidade de alcance dessas falas presidenciais, buscamos correlacionar as referidas *lives* aos índices de busca pela palavra-chave “cloroquina” no site de buscas Google, através da ferramenta *Google Trends*. Os dados obtidos demonstram que é possível estabelecer uma relação entre as menções feitas à cloroquina pelo Presidente da República e o aumento significativo pela busca desse termo no site de buscas Google. Além disso, a alta recorrência do discurso a favor do chamado “tratamento precoce” indica que também houve uma campanha desinformativa orquestrada de forma a enganar ou confundir a opinião pública com consequências graves ainda a serem investigadas.

Palavras-chave

Desinformação. Cloroquina. Bolsonaro.

Abstract

The aim of this article was to analyze the disinformation campaign promoted by the Brazilian Federal Government in favor of the use of Chloroquine as part of the so-called “early treatment” against Covid-19. Therefore, we analyze the mentions to the treatment with Chloroquine made by the President of the Republic, Jair Messias Bolsonaro, mainly in his *lives* on Youtube. To verify the reachability of these presidential speeches, we sought to correlate the referred *lives* to the search indexes for the keyword “chloroquine” on the Google search site, through the Google Trends tool. The data obtained demonstrate that it is possible to establish a relationship between the mentions made to Chloroquine by the President of the Republic and the significant increase in the search for this term on the Google search site. In addition, the high recurrence of the discourse in favor of the so-called “early treatment” indicates that there was also a disinformation campaign orchestrated in order to deceive or confuse the public opinion with serious consequences yet to be investigated.

Keywords


Disinformation. Chloroquine. Bolsonaro.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 07/11/2022

Aprovação do trabalho: 17/11/2022

Publicação do trabalho: 07/12/2022

 10.46230/2674-8266-14-9356

COMO CITAR

LIMA, João Paulo Eufrazio de. “Se não faz mal, por que não tomar”? Um estudo sobre a campanha bolsonarista de desinformação pró-cloroquina. **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.2, 2022. p. 128-148. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9356>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Introdução

A citação que introduz o título deste artigo foi tirada de uma *live* proferida no dia 04 de fevereiro de 2021 pelo Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. Tal fala, apesar de não ter qualquer embasamento científico, tem potencialmente o poder de alcançar milhões de seguidores através das diversas redes sociais e a capilaridade de apoio partidário do presidente e seus aliados.

Isso nos faz pensar sobre questões como: qual o efeito da fala de um chefe de Estado sob o comportamento dos cidadãos de seu país? Em um mundo tão interconectado, em que cidadãos têm potencialmente acesso a conteúdos das mais diversas fontes, qual o poder de persuasão de um conteúdo falso? E ainda, de que forma o uso político de fake news pode ser combatido?

Kalil e Santini (2020) ponderam que a desinformação produzida e disseminada por chefes de Estado tem um caráter extremamente danoso à sociedade devido à visibilidade, ao potencial de alcance e ao poder simbólico inerentes ao cargo.

Fatos recentes, como a eleição presidencial americana de 2016 e o denominado *Brexit*, têm demonstrado como as fake news podem ser utilizadas por grupos políticos com a intenção de espalhar o medo e a dúvida de forma a obscurecer suas reais intenções e moldar a opinião pública segundo seus interesses.

Essa prática danosa ganha contornos ainda mais dramáticos em um contexto tão complexo de crise sanitária e humanitária como a provocada pela pandemia de Covid-19. O medo inerente a um contexto pandêmico e a busca por soluções rápidas e conforto fazem com que a difusão de fake news torne-se ainda mais danosa por seu potencial em desacreditar as evidências científicas e gerar falsas crenças e expectativas nas pessoas, levando-as a relaxarem medidas de prevenção, aumentando exponencialmente, dessa forma, o risco a que estão submetidas.

Nesse contexto, entendemos que no Brasil as fake news foram utilizadas desde o início da pandemia de Covid-19 como uma estratégia política de desagregação social, através de uma campanha de desinformação, baseada em uma ideologia negacionista, que teve, desde o início, dois pilares principais: a descrença no isolamento social horizontal e a crença em um denominado “tratamento precoce” contra a Covid-19, ambos sem qualquer embasamento científico mínimo.

Dado os limites dessa pesquisa, resolvemos restringi-la a apenas um aspecto dessa ampla campanha de desinformação: campanha de desinformação

pró-cloroquina do Governo Federal, levada a cabo principalmente pelo presidente Jair Bolsonaro. Essa campanha, a despeito de todas as evidências científicas contrárias, divulgou massivamente o denominado “tratamento precoce” que tem, entre os medicamentos utilizados, o fármaco denominado de cloroquina ou seu correlato hidroxicloroquina,

A partir dessa delimitação, buscamos primeiramente estabelecer um panorama cronológico das menções à cloroquina como tratamento contra a Covid-19 feitas pelo presidente de forma a demonstrar que a repetição massiva desse discurso configura uma ação orquestrada em forma de uma campanha deliberada de desinformação com a finalidade de desacreditar as evidências científicas em contrário, bem como desinformar e confundir os cidadãos brasileiros sobre o real perigo da Covid-19.

Como forma de avaliarmos o poder de alcance dessas falas, buscamos traçar um paralelo entre alguns momentos emblemáticos dessa campanha desinformativa e as buscas pelo termo “cloroquina” que figurou, desde o início da pandemia, entre os *Trend Topics* do Google.

Como teremos oportunidade de demonstrar, as falas do presidente parecem impulsionar as buscas por esse termo na página do Google, o que nos permite acreditar que de fato a posição de chefe de Estado, por sua visibilidade e poder simbólico, tem o poder de moldar uma parcela considerável da opinião pública com consequências, nesse caso específico, extremamente danosas à sociedade.

Para nossa exposição, comentaremos inicialmente sobre as fake news como uma ferramenta eminentemente política de desinformação, traçando em seguida um panorama cronológico da campanha desinformativa sobre a cloroquina no contexto da pandemia de Covid-19 e, por fim, buscaremos demonstrar, através de uma análise do *Google Trends*, como as falas do presidente impulsionam as buscas pelo termo “cloroquina”, o que, acreditamos, indica o alto poder de alcance de seus discursos na opinião pública. Demonstraremos ainda como medidas de restrição à veiculação de fake news podem diminuir consideravelmente esse alcance e restringir discursos falaciosos que podem causar dano à sociedade.

1 As fake news como uma estratégia política de desinformação

A desinformação é, segundo Volkoff (2004), uma forma deliberada de manipulação da opinião pública através de meios orquestrados com fins de desle-

gitimar governos, pessoas e/ou ideais. Apesar de não ser uma estratégia nova, remontando a tempos imemoriais, ela tem se tornado cada vez mais alastrada a partir do aparecimento e difusão dos meios de comunicação em massa.

No contexto da Revolução Digital em que vivemos, as campanhas de desinformação por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens têm sido capazes de mudar o rumo de campanhas políticas e decisões governamentais ao ponto de se tornar tema de constantes debates e criação de leis específicas em diversos países.

Apesar do constante aprimoramento dos algoritmos que subjazem às redes sociais e aplicativos de mensagem, na tentativa de barrar a difusão de notícias falsas, o meio digital, por sua própria lógica interna tornou-se o principal veículo propagador daquilo que se convencionou denominar fake news, cuja relevância atual pode ser atestada por sua eleição como palavra do ano em 2017 pelo dicionário britânico Oxford, logo após o escândalo na campanha presidencial americana de 2016.

Wardle e Derakhshan (2017) caracterizam o que denominam de desordem informacional em três categorias: desinformação, informação incorreta e má informação, distinguindo-as segundo a referência ao tipo de conteúdo e à intencionalidade do sujeito. Dessa forma, a desinformação caracteriza-se pela disseminação de conteúdos falsos com o propósito deliberado de enganar e prejudicar os leitores; por sua vez, a informação incorreta, segundo os autores, caracteriza-se também pela disseminação de conteúdos falsos, porém, sem o propósito deliberado de causar danos; por fim, a má informação é caracterizada pela disseminação de notícias teoricamente verdadeiras, mas que são de alguma forma distorcidas, tornando-as nocivas e capazes de causar danos.

Wardle e Derakhshan (2018, p. 47-48) concluem que “a desinformação é uma informação falsa, e a pessoa que a divulga sabe que é falsa. É uma maneira intencional e deliberada, e resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas”.

Recuero e Gruzd (2019) assumem que o termo fake news é, muitas vezes, utilizado como correlato à desinformação, uma vez que o teor da informação baseia-se em algo falso com a capacidade de manipular os leitores. A correlação entre informação falsa e desinformação é também assumida por Botei (2017), ao definir desinformação como uma técnica utilizada para deturpar informações através de falsificações e mentiras.

Nesse contexto, as fake news combinam duas dessas categorias mencionadas por Wardle e Derakhshan (2018, p. 47), “informação incorreta” e a “desinfor-

mação.” No nosso ponto de vista, as fake news são parte da desinformação que, em nosso entender, é um fenômeno mais amplo que agrega diversas estratégias maliciosas como: o uso distorcido de fatos, a repetição deliberada de fatos alarmantes e as já mencionadas fake news, entre outras diversas estratégias que, infelizmente, pelos limites desta pesquisa, não nos cabe analisar.

Contudo, é preciso desde já buscarmos delimitar aqui o que entendemos por fake news, pois embora uma tradução mais literal seja “notícias falsas”, esse fenômeno vai mais além do que as falácias já estudadas desde a Retórica Clássica, sendo algo próprio do meio digital do qual se utiliza para propagar seus conteúdos, como passamos a discutir a seguir.

Allcott e Gentzkow (2017, p. 03) definem as fake news como “artigos noticiosos que são intencional e comprovadamente falsos e que podem enganar leitores”¹ (tradução nossa).

Por sua vez, Bounegru, Gray, Venturini e Mauri (2017) salientam que mais do que simplesmente um conteúdo falso, as fake news compõem um movimento inerente ao meio digital e são moldadas segundo os interesses dos grupos influentes naquele meio.

Como é possível perceber, há concordância em relação ao fato de que as fake news são baseadas em conteúdos falsos, mas é preciso desde já salientar que, ao contrário do que se pode imaginar, as estratégias para criação e difusão das fake news têm se tornado cada vez mais elaboradas e mesmo que redes sociais influentes como Facebook, Twitter, Instagram e Whatsapp tenham tomado atitudes para inibir essa prática, os resultados ainda parecem modestos frente à imposição de *bots*², que se aproveitam da própria lógica das redes para burlar o sistema e propagar o conteúdo que interessa a seus criadores e mantenedores.

O alcance e o potencial danoso dessa prática podem ser vislumbrados na pesquisa referenciada da Avaaz³, que demonstrou que 94% dos entrevistados receberam, pelo menos, uma fake news sobre a pandemia de Covid-19, e mais de 70% destes admitiram que acreditaram em pelo menos uma dessas notícias falsas.

Pode-se assim perceber que, ao contrário do que alguns imaginam, não é tão simples identificar uma fake news, isso porque a própria característica de cascata dos hipertextos dificulta, muitas vezes, rastrear os links de forma a identificar

1 We define “fake news” to be news articles that are intentionally and verifiably false, and could mislead readers

2 Abreviação de “robot” (robô em inglês). Segundo o dicionário Cambridge “um programa de computador que funciona automaticamente, especialmente aquele que busca e encontra informações na internet (tradução nossa). Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/bot>

3 https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf

sua fonte e analisar sua veracidade.

Como salientam Aymanns, Foerster e Georg:

Uma vez postada [uma notícia falsa], os usuários podem compartilhar e comentá-la, facilitando sua difusão através da rede social; o objetivo destas *fake news* tendenciosas pode ser financeiro ou para influenciar espectadores sobre o estado do mundo⁴ (AYMANNNS; FOESTER; GEORG, 2017, p. 03, tradução nossa).

De fato, é muito importante analisar o papel que cada internauta hoje em dia desempenha como sujeito ativo no processo de interação digital. É preciso salientar que os internautas hoje não cumprem simplesmente o papel de meros consumidores das informações, mas na medida em que podem interagir, criar e compartilhar os conteúdos com um alcance teoricamente grande, assumem um novo papel, denominado comumente de *prosumer*, ou seja, um consumidor e ao mesmo tempo produtor de conteúdo (VARELA, 2005; SOUSA JÚNIOR; PETROLL; ROCHA, 2019).

Dessa forma, as fake news aproveitam-se dessa lógica para, deliberadamente, difundir por meio de áudio, imagem e/ou vídeo, conteúdos que visam desinformar ou confundir os internautas de forma a obter alguma espécie de vantagem, com estratégias que visam dar um verniz de credibilidade ao que é dito (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; BRAGA, 2018; LINS; LOPES, 2018).

Nesse sentido, segundo Pennycook e Rand (2019), estão mais suscetíveis de serem enganados não somente aqueles usuários da rede sem um senso crítico mais apurado, mas também aqueles que, de alguma forma, compartilham da mesma ideologia política apresentada no conteúdo falso.

Além do mais, como salientam Brisola e Bezerra (2018), o fato de que somos bombardeados a todo tempo com mais e mais conteúdos torna cada vez mais difícil poder verificá-los e selecionar aquilo que realmente condiz com os fatos.

Como é possível perceber a partir dos trabalhos mencionados, as fake news devem ser encaradas como um fenômeno inerente ao meio digital, uma vez que é dependente e se aproveita da lógica algorítmica para criar e difundir seus conteúdos falaciosos através da capilaridade inerente às redes sociais com estratégias próprias como, por exemplo, a possibilidade de disparo em massa de uma mesma mensagem ou conteúdo e o uso de *bots* e perfis falsos para facilitar e referenciar os conteúdos compartilhados.

4 Once it has been posted, users may like, share or comment on this piece of news facilitating its spreading across the social network. The aim of those peddling fake news can be monetary gains, or to influence expectations about the state of the world.

No contexto pandêmico atual, essa prática torna-se ainda mais preocupante, pois, como salienta Matos (2020, p. 05) “frente a pandemia, certas atitudes errôneas podem comprometer amplamente a saúde coletiva. Dessa forma, gera-se perda da eficácia de medidas preventivas (como o afastamento social) e/ ou são gerados falsos alardes ou falsas esperanças para o leitor”.

De fato, a propagação de fake news no contexto da pandemia de Covid-19 é tão preocupante que a Organização Mundial de Saúde (OMS) chamou atenção para essa prática e suas terríveis consequências, alertando que vivemos, ao mesmo tempo, o que chamou de infodemia, entendida como uma propagação descontrolada de fake news sobre a Covid-19.

Kalil e Santini (2020, p. 5) definem a infodemia como “uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade (algumas falsas, outras imprecisas, outras baseadas em evidências)” e logo adiante afirmam que “[...] a desinformação produz a ‘infodemia’ e é produzida por ela [...]” (p. 6). Ou seja, no contexto atual, podemos ligar infodemia à disseminação descontrolada de fake news sobre a Covid-19, com efeitos catastróficos nas campanhas de saúde e na sociedade em geral.

Por fim, cabe lembrar aqui que o termo fake news esteve desde sua origem ligado ao uso político de notícias falaciosas, sendo que essa expressão popularizou-se a partir da campanha presidencial americana de 2016 quando o então candidato Donald Trump utilizava massivamente esse termo na tentativa de desqualificar qualquer informação que o prejudicasse ou mesmo que beneficiasse seus opositores. Da mesma forma, o termo fake news foi reiteradamente utilizado na campanha do *Brexit* britânico que, a partir do uso massivo de notícias falaciosas e ataques xenofóbicos culminou com a votação favorável à saída da Inglaterra da União Europeia,

No Brasil, a mesma estratégia foi utilizada nas eleições de 2018, através do compartilhamento massivo nas redes sociais de fake news que visavam desqualificar os adversários políticos do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro, o que segue ainda hoje em investigação na denominada CPI das fake news.

No contexto pandêmico atual, como já salientamos, essa estratégia de desinformação ganha contornos ainda mais dramáticos, uma vez que pode gerar desconfiança em campanhas sanitárias e gerar falsas expectativas, pondo em risco, dessa forma, milhares de vidas ao redor do mundo. Um caso emblemático do potencial destruidor das fake news no contexto atual foi o aumento exorbitante das intoxicações por produtos de limpeza na cidade de Nova Iorque logo após o

então presidente Donald Trump sugerir, sem qualquer evidência científica, em coletiva de imprensa, a ingestão desses produtos como uma forma de evitar e combater a Covid-19.⁵

Como bem salientam Kalil e Santini (2020), a desinformação produzida e disseminada por chefes de Estado tem um potencial ainda mais danoso à sociedade devido à visibilidade, ao potencial de alcance e ao poder simbólico inerentes ao cargo.

De fato, conforme pondera Santos (2020, p. 26):

na presente crise humanitária, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na lutam [sic] contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis pelos quais, esperamos, serão responsabilizados.

Um exemplo do alcance dos discursos de Jair Messias Bolsonaro contra as medidas sanitárias pode ser percebido no levantamento feito pelo site Torebit, que monitora o comportamento dos usuários nas redes sociais. Como demonstrado pelo referido site, logo após o pronunciamento do presidente no dia 24 de março de 2020 contra as medidas de isolamento social, aconteceu um acentuado aumento nas *hashtags* **#bolsonarotemrazaio/ #bolsonaroestavacerto nas redes sociais.**⁶

O levantamento demonstrou por fim que em 14 de abril de 2020 registraram-se um milhão de posts utilizando as *hashtags* #bolsonarotemrazaio/#bolsonaroestavacerto e 1,8 milhão de posts com a *hashtag* #fiqueemcasa.

Percebe-se claramente que o pronunciamento presidencial serviu de propulsor para uma campanha de desinformação que rapidamente se alastra pelas redes sociais, servindo, dessa forma, para desqualificar as evidências científicas, pondo em risco todas as medidas sanitárias com consequências desastrosas.

É fácil então entender como essa rede pode ser acionada por governos e instituições promovendo ações que podem levar ao caos social, servindo as *fake news* como uma arma para aquilo que McGoey (2012, p. 01) definiu como ignorância estratégica, ou seja, “a habilidade de explorar o desconhecimento para ganhar mais poder”. Dessa forma, é possível perceber a partir dos estudos men-

5 <https://veja.abril.com.br/mundo/casos-de-intoxicacao-pordesinfetante-crescem-em-ny-apos-sugestao-detump/>

6 <https://buzzmonitor.com.br/blog/quem-mobilizou-mais-buzz-na-briga-ideologica-das-redes-durante-a-quarentena/>

cionados que uma outra característica das fake news é sua ligação umbilical com a política, embora não esteja restrito a esse tipo de discurso,

Portanto, nossa concepção de fake news agrega três características: são uma estratégia dentre as várias outras que compõem a denominada desinformação, conforme já demonstramos neste trabalho; são um fenômeno inerente e dependente do meio digital do qual se utilizam para divulgarem massivamente seus conteúdos falaciosos; e estão geralmente ligadas ao contexto político, servindo de estratégia para tentar desqualificar ou mesmo desacreditar uma ideologia contrária. Impõe-se, desse modo, a necessidade de combater essa prática danosa que se utiliza das características intrínsecas às redes sociais com fins escusos de ludibriar e causar danos à população.

Saliente-se aqui que não se trata de um combate a um viés político determinado, mas a uma prática deliberada de difusão de conteúdos falsos e danosos como parte de uma campanha de desinformação que pode ser explorada não só por governos, partidos ou lideranças políticas, mas por todo aquele que tenha capital humano e financeiro para se utilizar das redes sociais com esse fim escuso.

Como bem salientam Oliveira e Sousa (2018, p. 05): “o acesso à informação desvinculado de um estado crítico-analítico é mero acúmulo de dados, irrelevante para desencadear processos com potencial de transformação social e atuação consciente dos sujeitos nas práticas informacionais.” De fato, em um contexto em que somos bombardeados a todo momento com conteúdos advindos de fontes muitas vezes desconhecidas, é muito importante formar um cidadão não apenas capaz de alcançar uma enorme quantidade de dados, mas sim um cidadão que seja capaz de filtrá-los e verificar sua veracidade a partir de fatos, sobretudo, científicos.

Dessa forma, visamos, com esta pesquisa, analisar o potencial danoso da campanha de desinformação levada a cabo pelo Governo Federal por meio de fake news a respeito do uso do medicamento cloroquina como um suposto meio de combate à Covid-19, a despeito das evidências científicas em contrário, o que discutiremos a seguir.

2 Considerações metodológicas

Para cumprir nosso objetivo, buscamos inicialmente traçar um panorama cronológico a partir de pesquisas nos principais portais de notícias sobre as menções do presidente Jair Messias Bolsonaro ao fármaco cloroquina no tratamento de Covid-19 desde 11 de março de 2020 (data da declaração de pandemia de Co-

vid-19 pela OMS) a junho de 2021. Para este fim, foram utilizados os portais G1, Uol, Nexo, Veja, Estadão e Folha de São Paulo.

Como todos os eventos aqui mencionados são públicos e estão na base de dados de vários desses portais, não consideramos importante inserir notas de rodapé que direcionassem o leitor a uma notícia específica. Buscamos também com isso evitar um uso provavelmente excessivo de notas de rodapé o que poderia dispersar o leitor.

Feita essa pesquisa, buscamos inicialmente traçar um panorama sobre os estudos em relação ao uso de Cloroquina no tratamento de Covid-19 e, logo após, as menções feitas a esse medicamento inicialmente pelo governo Trump e depois pelo governo Bolsonaro, os dois principais agentes nessa campanha.

Verificada a total ausência de base científica no uso de cloroquina para o tratamento de Covid-19, buscamos então ordenar cronologicamente as menções feitas pelo presidente Bolsonaro com esse fim de forma a traçarmos um perfil da campanha governamental de desinformação pró-cloroquina.

Como forma de verificar o alcance das falas do presidente frente à opinião pública, utilizamos da ferramenta *Google Trends*, que demonstra a evolução no tempo na busca de palavras-chave na página do Google, principal meio de buscas online hoje em dia. Criada em 2006, essa ferramenta permite criar gráficos em que o eixo horizontal representa a linha do tempo e a vertical o volume de buscas. É possível refinar os dados por país, tipo de busca (imagens, vídeos, notícias etc.) e períodos específicos (mensal, anual).

Em nosso caso, as buscas foram restritas ao Brasil sem delimitar o tipo, uma vez que acreditamos que esse refinamento não seria relevante para nosso objetivo, já que não nos restringimos a notícias, mas à busca em geral pelo termo por cidadãos diversos. É importante salientar que a ferramenta é capaz de excluir buscas feitas por uma mesma pessoa, o que nos indica de forma mais segura um comportamento mais geral e nos possibilita avaliar como a opinião pública pode ser moldada a partir de campanhas massivas. Para evitarmos o uso excessivo de gráficos, utilizamos apenas dois, com o panorama das pesquisas pela palavra-chave “cloroquina” nos anos de 2020 e 2021, até o mês de junho.

Feitas essas breves considerações metodológicas, passaremos a seguir a discutir sobre o uso da cloroquina como um possível tratamento contra a Covid-19, demonstrando que, a despeito das evidências científicas em contrário, alguns governos, dentre eles o do presidente Jair Bolsonaro, passaram a utilizar esse fármaco como parte de uma campanha de desinformação que visava desacreditar os princípios científicos, causando danos às medidas de distanciamento

social com consequências graves ainda a ser estudadas.

3 “Vamos dar esse remédio porque com essa caixinha de cloroquina na mão os trabalhadores voltarão à ativa, voltarão a produzir”

Antes de passarmos a nossa análise, faz-se necessário mostrarmos um panorama cronológico sobre o uso de cloroquina como um possível tratamento de Covid-19.

A pandemia de Covid-19 foi declarada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde no dia 11 de março de 2020 devido ao alto potencial de contágio e a consequente desestruturação dos sistemas locais de saúde. Diante de ameaça tão grave, que praticamente paralisou o mundo todo em poucos dias, logo surgiram tentativas de descobrir algum tratamento que pudesse conter o recém-descoberto vírus.

No caso específico da cloroquina e sua correlata, a hidroxocloroquina, o primeiro estudo de divulgação mais amplo foi o da equipe liderada pelo francês Didier Raoult, que ainda em 20 de março de 2020 divulgou estudo preliminar em que constataram efeitos positivos no tratamento de Covid-19 nos medicamentos hidroxocloroquina e aztromicina.

Imediatamente, em 21 de março de 2020, o presidente americano Donald Trump defende, via Twitter, o uso de cloroquina e azitromicina como tratamento à Covid-19, o que impulsiona uma corrida dos cidadãos em busca desses medicamentos. Em 03 de abril de 2020, o FDA (*Food and Drug Administration*), agência reguladora americana, liberou o uso emergencial de cloroquina para pacientes graves e, em 18 de maio de 2020, Trump anuncia em coletiva de imprensa que tomava cloroquina como prevenção.

Contudo, em 20 de maio de 2020, a OMS divulgou que estudos não indicaram qualquer comprovação científica de que a cloroquina ou hidroxocloroquina pudessem ter alguma eficácia no tratamento e/ou prevenção do Covid-19 e alerta sobre possíveis efeitos colaterais na administração desse medicamento.

Em 20 de maio de 2020, a renomada revista *Lancet* divulgou amplo estudo com 96 mil pacientes, que demonstrou de forma cabal que a cloroquina não tem qualquer eficácia no tratamento de Covid-19 e, ao contrário, aumenta consideravelmente o risco de morte nos pacientes em tratamento por conta de infartos e arritmias cardíacas. Em 15 de junho de 2020, baseando-se nas comprovações dos estudos da *Lancet*, o FDA revogou o uso emergencial de cloroquina em qualquer fase do tratamento de Covid-19 e, em 17 de junho de 2020, a OMS

declara publicamente que dadas as comprovações de sua ineficácia, foram suspensos novos estudos acerca do uso de cloroquina no tratamento de Covid-19, sendo publicados em 15 de outubro de 2020 os estudos definitivos, liderados pela OMS, que comprovaram a ineficácia de quatro medicamentos no tratamento de Covid-19, entre eles a cloroquina,

No Brasil, o primeiro registro de campanha pelo uso de cloroquina no tratamento de Covid-19 aconteceu em uma live em 19 de março de 2020, quando o presidente Jair Messias Bolsonaro, sem citar nominalmente essa droga, afirmou que: "os Estados Unidos liberaram um remédio com o potencial de tratar o coronavírus".

Essa live, e as notícias vindas dos EUA, acabaram criando uma corrida da população para compra desse medicamento, até então de uso irrestrito, o que fez com que a Anvisa publicasse uma Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 35127, em 20 de março de 2020, requalificando a cloroquina como um remédio de controle especial, ou seja, de venda apenas com retenção de receita médica.

Logo após, em 21 de março de 2020, o presidente determinou ao Exército Brasileiro que ampliasse a produção de cloroquina em seus laboratórios, o que levou a um gasto de cerca de R\$ 1,14 milhão de reais na produção de 3,2 milhões de comprimidos em 2020⁷ e, em 30 de março de 2020, a Anvisa liberou o uso do medicamento para pacientes em estado grave.

Segundo relato recente à CPI da Covid-19, o então Ministro da Saúde Henrique Mandetta disse que o presidente, inclusive, chegou a pedir uma mudança na bula da cloroquina, acrescentando o uso desse fármaco no tratamento de Covid-19, o que não teria sido aceito pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, provocando sua demissão em 16 de abril de 2020.

Por sua vez, seu substituto, Nelson Teich, também afirmou recentemente à referida CPI que foi forçado a deixar o cargo (15/05/2020) por também não concordar com a insistência do Planalto em favor do uso da cloroquina no tratamento de Covid-19.

Em seu livro *Um paciente chamado Brasil*, Mandetta relata que:

Ele [Bolsonaro] queria no seu entorno pessoas que dissessem aquilo que ele queria escutar. E o que ele queria escutar era que a cloroquina era a salvação. Vamos dar esse remédio e pronto, está resolvido, era o que ele achava. [...] A preocupação dele era sempre "vamos dar esse remédio porque com essa caixinha de cloroquina na mão os trabalhadores voltarão à ativa, voltarão a produzir" (MANDETTA, 2020, p. 132-133).

7 <https://www.istoedinheiro.com.br/exercito-gastou-mais-de-r-1-milhao-com-comprimidos-de-cloroquina-em-2020/>

Alinhado à ideologia pró-cloroquina, assumiria interinamente (oficializado apenas em 16/06/2020) a pasta do Ministério da Saúde o general Eduardo Pazuello, que só seria efetivado no cargo quatro meses depois, em 16 de setembro de 2020, tornando-se, dessa forma, o terceiro Ministro da Saúde em cinco meses.

Logo no começo do mês de junho/2020 os boletins diários do Ministério da Saúde sobre a pandemia no Brasil começaram a atrasar frequentemente, o que levou a alguns veículos de comunicação (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL) a formarem uma parceria para divulgação dos dados pandêmicos com base em boletins estaduais.

A partir de então, o que se verificou foi uma série de problemas em todos os campos da saúde, como atraso nas negociações para compra de vacinas, falta de insumos básicos e medicamentos, e o colapso de oxigênio do Amazonas, que se estendeu por dias, em janeiro de 2021. Todos esses fatos em conjunto, bem como outros tantos problemas, elevaram a quantidade e a taxa de óbitos a patamares muito maiores do que o que havia até então.

A despeito de todas as evidências e estudos em contrário, sob a batuta de Pazuello, o Ministério da Saúde divulgou, em 20 de maio de 2020, um novo protocolo que liberou a prescrição médica para o uso de cloroquina no tratamento de Covid-19 em qualquer estágio da doença, inclusive, em casos leves.

Em 07 de julho de 2020, o presidente Bolsonaro divulgou que havia testado positivo para Covid-19 e iniciado tão logo o uso de cloroquina e azitromicina sob prescrição médica. O teste negativo viria apenas em 25 de julho de 2020. A partir de então, intensificaram-se as vezes em que o presidente mencionou a cloroquina como medicamento eficaz contra o Covid-19 em lives e entrevistas, bem como deixou-se fotografar com caixas desse medicamento em vários momentos.

Em janeiro de 2021, o Ministério da Saúde lançaria a plataforma TrateCov (hoje fora do ar), como forma de direcionar os médicos em relação aos sintomas e possíveis condutas contra a Covid-19. Claramente lá estava indicada a cloroquina como um dos fármacos disponíveis para o então denominado “tratamento precoce contra o Covid-19, a despeito de todas evidências científicas em contrário”.

Em depoimentos recentes à CPI da Covid-19, a secretária de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, conhecida como “capitã cloroquina”, admitiu que em janeiro de 2020 viajou ao Amazonas para orientar os médicos sobre o uso de cloroquina no tratamento da Covid-19, poucos dias antes do colapso da saúde naquele estado. Em 15 de março de 2021, o general Eduardo Pazuello deixou o Ministério da Saúde, sendo substituído por Marcelo Queiroga, que ocupa o cargo até o momento da escrita deste artigo.

Apenas em 17 de maio de 2020, já sob os efeitos da CPI do Covid-19, o Ministério da Saúde divulgou documento oficial contraindicando o uso de cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, e outros medicamentos no tratamento de Covid-19.

Apurações da CPI em andamento indicam, com várias evidências, inclusive vídeos, que havia um gabinete paralelo ao Ministério da Saúde que assessorava o Presidente da República em questões relacionadas à condução da pandemia com nomes como as médicas Mayra Pinheiro e Nise Yamaguchi, bem como pessoas alheias à essa área como o vereador pelo estado do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, filho do Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e o empresário Carlos Wizard.

Todos esses fatos nos mostram que houve uma ação governamental orquestrada em prol do uso da cloroquina e outros medicamentos como terapia no tratamento contra a Covid-19, o que pensamos constituir uma campanha de desinformação que pode ter custado a vida de milhares de brasileiros.

Retomando o pensamento de Kalil e Santini (2020), a desinformação produzida e disseminada por chefes de Estado tem um potencial ainda mais danoso à sociedade devido à visibilidade, ao potencial de alcance e ao poder simbólico inerentes ao cargo.

Dessa forma, procuraremos a seguir demonstrar como a série de lives do Presidente da República serviram para impulsionar o debate em prol da cloroquina, constituindo uma espécie de acionamento para uma rede de fake news orquestrada por diversos meios nas redes sociais.

4 “Aquele remédio”: as lives presidenciais e o impulsionamento pró-Cloroquina

Como já parcialmente demonstrado, desde o início da pandemia de Covid-19, o governo Bolsonaro estabeleceu uma campanha, sem qualquer base científica, a favor do tratamento precoce e contra as medidas de isolamento horizontal. Para tanto, foram usados de todos os meios possíveis, desde canais oficiais do próprio Ministério da Saúde e do Governo Federal, bem como propagandas em emissoras de TV simpatizantes à sua causa, até o uso massivo das redes sociais do Presidente da República e de seus aliados como forma de estabelecer, como já dito, uma campanha de desinformação com consequências graves a ser ainda avaliadas.

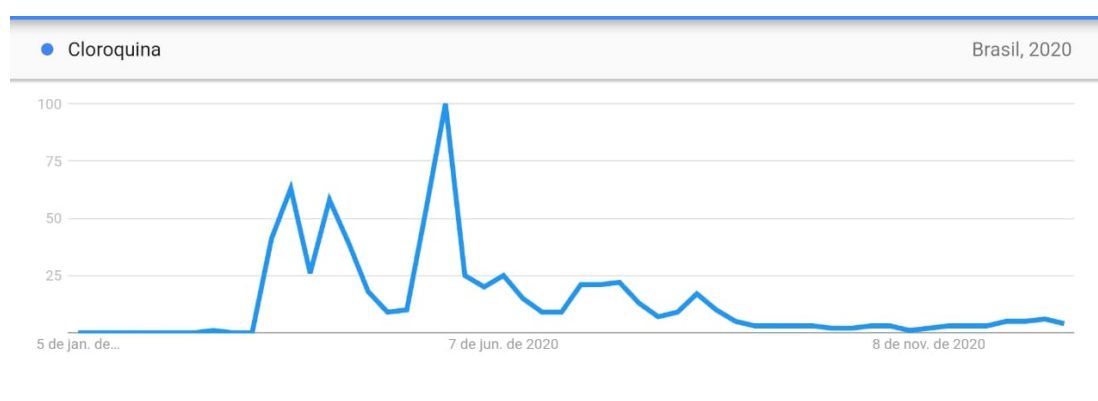
Neste ponto, as lives no Youtube às quinta-feiras, iniciadas em 08 de mar-

ço de 2019, portanto antes mesmo da pandemia, cumpriram um papel importante na disseminação de fake news negacionistas por parte de nosso presidente, não só a respeito do denominado “tratamento precoce” e consequente uso da cloroquina e outras drogas, mas também em outros temas contrários às medidas de distanciamento social, como a denominada “imunidade de rebanho” e diversos outros pontos contrários às evidências científicas contra a Covid-19.

A primeira menção a favor do uso de cloroquina no tratamento de Covid-19 pelo governo brasileiro aconteceu em uma live em 19 de março de 2020, quando o presidente Jair Messias Bolsonaro, sem citar nominalmente essa droga, afirmou que: "os Estados Unidos liberaram um remédio com o potencial de tratar o coronavírus".

Analisando o impacto dessa menção nas redes sociais, verificamos que na semana dos dias 22 a 28 de março de 2020, o termo cloroquina alcançou um pico de 63 pontos no *Google Trends*, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Análise da palavra-chave “cloroquina” no ano de 2020



Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-01-01%202020-12-31&geo=BR&q=cloroquina>.

Em outra live, desta vez no dia 08 de abril de 2020, o presidente defendeu o uso de cloroquina no tratamento contra Covid-19 e mostrou por várias vezes uma caixa do medicamento, comunicando que a médica Nise Yamaguchi, ao contrário do então Ministro da Saúde, Mandetta, igualmente defensora desse fármaco, estaria, a partir daquele momento, incorporada ao Gabinete Especial de Enfrentamento ao Coronavírus.

É possível verificar novamente nos dados do *Google Trends* e no gráfico acima, um aumento considerável nas buscas por cloroquina entre os dias 05 e 11 de maio, atingindo um novo pico de 53 pontos, sendo que entre os dias 17 e 23 as buscas por esse medicamento alcançaram o patamar máximo de 100 pontos.

Em mais uma live, desta vez para suas redes sociais, no dia 20 de julho de 2020, o presidente ergueu uma caixa de cloroquina para um grupo de apoiadores que se aglomeravam em frente ao Palácio do Planalto.

Em mais uma das já tradicionais lives das quintas-feiras, no dia 23 de julho de 2020, Bolsonaro, já infectado de Covid-19 disse estar muito bem, em suas palavras: “Eu tomei [cloroquina] e 12 horas depois estava me sentindo muito bem”, e ainda afirmou: “Enquanto não tem um medicamento claro para atacar o problema, é válido essa daqui [cloroquina]. [...] Não é porque não existe comprovação científica que não seja recomendado. Está em estudo ainda”.

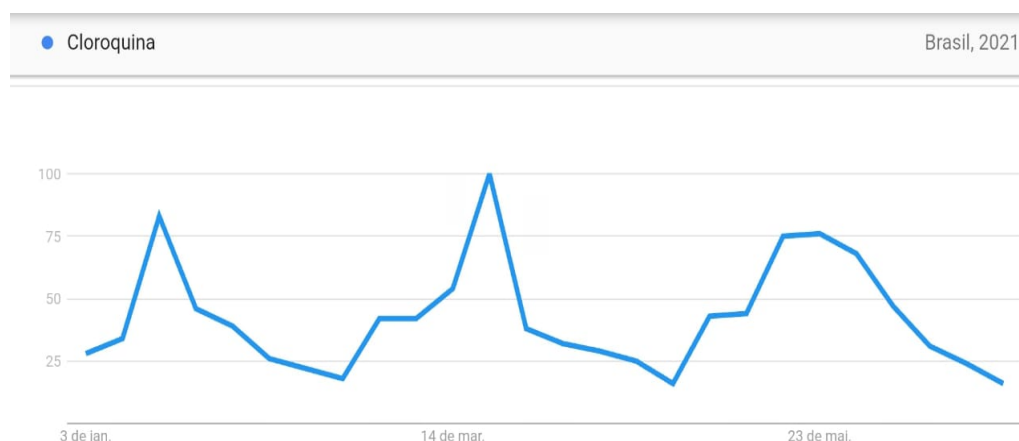
Mais uma vez, registra-se aumento nas buscas pelo termo no Google. Nesse mesmo mês de julho de 2020 temos novos picos nas semanas de 05 a 11, 21 pontos, e 19 a 25, 22 pontos.

Outro registro dessa campanha pôde ser visto durante a cerimônia de posse do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde, no dia 16 de setembro de 2020, quando o presidente voltou a fazer propaganda da cloroquina como forma de tratamento para pacientes com Covid-19, mas dessa vez sem efeito no aumento pela procura do termo no Google.

A propaganda pró-cloroquina continuou em 2021 e em nova *live*, no dia 14 de janeiro de 2021, o presidente, ao lado do então Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, afirmou, sem qualquer evidência científica que “O tratamento precoce é preconizado pelos conselhos federais [...], se mostrou eficaz em todas as cidades e estados do Brasil”.

Mais uma vez podemos verificar o crescimento do termo nos *trends* da Google entre os dias 17 e 23 de janeiro de 2021, com 83 pontos, como pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Análise da palavra-chave “cloroquina” no ano de 2021



Fonte: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2021-01-01%202021-12-31&geo=BR&q=cloroquina>.

A campanha pró-cloroquina sofreu novo impulso significativo em março de 2021 quando, logo no dia primeiro, o presidente Bolsonaro conversou com apoiadores na saída do Palácio do Planalto e disse: “esses medicamentos – hidroxicloroquina, ivermectina e Annita – não têm efeito colateral. Por que não tomar?”.

No dia 21 de março, o presidente concedeu entrevista por telefone a uma rádio local da cidade Camaquã no Rio Grande do Sul, onde uma médica havia sido demitida por realizar um tratamento de nebulização de cloroquina em pacientes com Covid-19. Na entrevista, o presidente defendeu a médica, o tratamento com nebulização e, mais uma vez, o tratamento precoce com uso de cloroquina. Nesse mesmo período, a partir do dia 06 de março, o *Google Trends* registrou novo crescimento acentuado do termo, que atingiu pico máximo de 100 pontos entre os dias 21 e 27 de março de 2021, como pôde ser visto no gráfico acima.

Essa campanha através de lives e redes sociais começou a sofrer seus primeiros revezes a partir de abril de 2021, quando a plataforma Youtube passou a excluir vídeos do presidente e outros líderes políticos que defendiam o tratamento com cloroquina. O presidente Bolsonaro teve, inicialmente, quatro vídeos excluídos do Youtube por conta dessa mudança.

Por conta disso, nas lives a partir de 1º de abril de 2021, Bolsonaro evitou falar o nome cloroquina, trocando-o por expressões indefinidas como “aquele remédio” ou “aquele remédio que ofereci para a ema”.

É visível no gráfico acima que as buscas pelo termo sofrem uma grande queda no *Google Trends*, registrando o menor índice de pontos, até então, 16 pontos, entre os dias 25 de abril e 1º de maio.

No dia 07 de maio de 2021, já instigado pelos efeitos da CPI do Covid-19, ainda em curso no momento da escrita deste artigo, o presidente, em mensagem espalhada pelas principais redes sociais, tornou a defender o tratamento com cloroquina e ivermectina, afirmando: "Resposta aos inquisidores da CPI sobre o tratamento precoce: uns médicos receitam cloroquina; outros ivermectina; e o terceiro grupo (o do Mandetta), manda o infectado ir para casa e só procurar um hospital quando sentir falta de ar (para ser entubado)". Logo após complementou: "Portanto, você é livre para escolher, com o seu médico, qual a melhor maneira de se tratar. Escolha e, por favor, não encha o saco de quem optou por uma linha diferente da sua, ok?". Novamente, é possível perceber uma nova ascensão nas buscas pelo termo entre os dias 16 e 22 de maio, com 75 pontos, e 23 a 29 de maio com 76 pontos.

Em 27 de maio de 2021, o Youtube voltou a excluir vídeos de Bolsonaro de-

fendendo o tratamento com cloroquina, dessa vez um total de 11 vídeos. Além dos vídeos de Bolsonaro, foram excluídos vídeos com o mesmo teor de partidários do presidente, como Daniel Silveira, Magno Malta e o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, todos políticos identificados com a ideologia de extrema-direita.

É possível novamente perceber que a exclusão de vídeos e a impossibilidade de mencionar o termo nas redes, sob pena de exclusão do conteúdo, parecem ter levado a uma diminuição nas buscas, o que verifica-se a partir do dia 30 de maio de 2021, registrando novamente a menor pontuação, 16 pontos, na semana do dia 20 de junho de 2021.

É preciso salientar que vários meios foram utilizados com o propósito nítido de uma campanha de desinformação pró-cloroquina. Segundo apuração do jornal O Globo⁸, além das diversas menções à cloroquina nas lives e entrevistas coletivas, houve, até maio de 2021, 23 citações a esse medicamento em discursos oficiais. Uma delas, em plena reunião virtual do G-20, ainda em março de 2020, quando Bolsonaro mostrou uma caixa de reuquinol, nome com o qual a hidroxiclороquina é vendida pela farmacêutica Apsen, cujo dono é um notório defensor do presidente.

Podemos perceber então que as diversas falas do presidente Bolsonaro em meios diversos tiveram largo alcance nas redes, impulsionando a busca pelo termo cloroquina, o que nos indica que muitos cidadãos talvez estejam sendo ludibriados pelo discurso falacioso do governo nesse tocante.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi realizar uma análise da campanha de desinformação promovida pelo pelo Governo Federal brasileiro a favor do uso de cloroquina como parte do denominado “tratamento precoce” contra a Covid-19. Os dados desta pesquisa demonstraram que de fato houve uma campanha desinformativa levada a cabo, principalmente, pelo Presidente da República que utilizou de canais diversos para promover o uso de cloroquina no tratamento de Covid-19, a despeito de todas as provas científicas em contrário.

Uma análise dos registros das buscas pelo termo cloroquina no *Google Trends* demonstrou que as falas do presidente tiveram largo alcance na sociedade e impulsionaram esse termo entre os mais procurados durante a pandemia de Covid-19. Pudemos verificar também que medidas como a exclusão de víde-

8 <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

os com conteúdo falso como os a favor do “tratamento precoce” ou do uso de cloroquina como suposto tratamento contra Covid-19 parecem ter surtido efeito na medida em que o mero fato de o presidente não poder mais mencionar claramente esses termos nas redes sociais, sob risco de exclusão do conteúdo, ter levado a uma diminuição considerável nas buscas por esse termo no Google.

Como bem salientaram Kalil e Santini (2020), a desinformação produzida e disseminada por chefes de Estado tem um potencial ainda mais danoso à sociedade devido à visibilidade, ao potencial de alcance e ao poder simbólico inerentes ao cargo e, dessa forma, é preciso criar mecanismos que visem impedir que conteúdos danosos promovidos por autoridades governamentais possam circular livremente nas redes sociais. Só assim podemos combater o uso do cargo político para promoção de ideias danosas e conteúdos que promovam o desconhecimento com vistas ao ganho de mais poder, aquilo que McGoey (2012) denominou de ignorância estratégica.

Acreditamos que este artigo possa então servir como um convite à uma análise mais profunda dos efeitos danosos da campanha de desinformação promovida pelo governo Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. É preciso verificar muitos outros aspectos deixados aqui de fora por conta dos limites desta pesquisa como, por exemplo, a utilização de outros meios para verificação do poder de alcance das mensagens do presidente e, sobretudo, as consequências danosas dessa campanha desinformativa para a sociedade com a incontável perda de vidas em função da ação e falta de ação do Governo Federal.

Referências

- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31(2), 211-236, 2017. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- AYMANN, C.; FOSTER, J.; GEORGE, C. P. Fake News in Social Networks. **Working Papers on Finance 1804**, University of St. Gallen, School of Finance. 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1708.06233>. Acesso em: 23 maio 2021.
- BOTEI, M. Misinformation with fake News. **Bulletin of the transilvania University of Braşov**, v. 10, n. 2, p. 133-140, nov. 2017.
- BRAGA, R. M. C. A Indústria das Fake News e o Discurso de Ódio. In: PEREIRA, R. V. (org.) **Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio**. Belo Horizonte: IDDE, 2018. p. 203-220.
- BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e Circulação de “Fake News”: distinções, diagnóstico e reação. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO -

- ENANCIB, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. **Anais [...]**, Londrina, 2018.
- BOUNEGRU, L.; GRAY, J.; VENTURINI, T.; MAURI, M. **A field guide to fake news**. Public Data Lab, 2017. Disponível em: <https://fakenews.publicdatalab.org/>. Acesso em: 21 maio 2021.
- KALIL, I.; SANTINI, R. M. "**Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política**". Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo/Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.
- LINS, E. S.; LOPES, F. Trevas e Queda: análise do imaginário feminino na representação de Fake News sobre Marielle Franco. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 78-96, 2018.
- MATOS, R. C. De Fake news frente a pandemia de COVID-19. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology)**, v. 8, n. 3, p. 78-85, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1595>. Acesso em: 17 maio 2021.
- MANDETTA, L. H. **Um paciente chamado Brasil**. Editora Objetiva, 2020.
- MCGOEY, L. **The logic of strategic ignorance**. The British journal of sociology, v. 63, n. 3, p. 533-576, 2012.
- OLIVEIRA, M. L. P.; SOUZA, E. D. A competência crítica em informação no contexto das fake news: os desafios do sujeito informacional no ciberespaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMÁTICA, 19, 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018.
- PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Lazy. Not biased: susceptibility to partisan fake news is better explained by lack of reasoning than by motivated reasoning. **Cognition**, [s.l.], v. 188, p. 39-50, 2019.
- RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia**, São Paulo, n. 41, p. 31-47, maio/ago. 2019.
- SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.
- SOUZA JÚNIOR, J. H.; PETROLL, M. D. L. M.; ROCHA, R. A. Fake News e o Comportamento Online dos Eleitores nas Redes Sociais durante a Campanha Presidencial Brasileira de 2018. In: XXII SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, USP, São Paulo, 2019. **Anais [...]**, São Paulo, 2019.
- VARELA, J. Blogs vs. SMS: Periodismo 3.0: la socialización de la información. **Revista Telos**, Madrid, Fundación Telefonica, v. 65, out.-dez. 2005.
- VOLKOFF, V. **Pequena história da desinformação**: do Cavalo de Tróia à Internet. Curitiba, Ed. Vila do Príncipe, 2004.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. [s. l.]: Council of Europe report, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disordertoward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Thinking about 'information disorder': formats of misinformation, disinformation, and mal-information. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (org.). **Journalism, 'fake news' & disinformation**. Paris: UNESCO; 2018. p. 43-54. Disponível em: <https://bit.ly/2FW3Esb>. Acesso em: 23 maio 2021.

Sobre o autor

João Paulo Eufrazio de Lima - Doutor(a) em Linguística. Professor(a) do Curso de Letras da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA); Fortaleza-CE E-mail: jpeufrazio@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0416461561567116>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2025-1451>.